

SUMÁRIO

Prefeitura de Pindoretama - CE
Agente Comunitário de Saúde

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Gêneros e tipos de texto	2
Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais	15
Coesão e coerência textual	16
Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais	17
Formação de palavras	33
Concordância verbal e nominal	35
Regência verbal e nominal	37
Crase	40
Colocação pronominal	41
Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos	43
Acentuação gráfica	47
Ortografia	49
Pontuação	53
Variação linguística	56
Redação oficial de cartas, ofícios, requerimentos, telegramas e certidões	59
Questões	72
Gabarito	85

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação	1
Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de um conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Subconjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e representações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; Operações com conjuntos; União	16
Números decimais. Valor absoluto. Propriedades no conjunto dos números naturais ..	22
Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação	36

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Decomposição de um número natural em fatores primos	41
Verdades e Mentiras: resolução de problemas	49
Sequências (com números, com figuras, de palavras)	52
Análise combinatória e probabilidade.....	54
Problemas envolvendo raciocínio lógico	61
Questões	64
Gabarito.....	73

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de Direito Administrativo.....	1
Administração Pública Direta e Indireta	6
Princípios do Direito Administrativo	12
Poderes da Administração Pública.....	19
Atos Administrativos; Controle dos Atos Administrativos.....	30
Agentes Públicos.....	47
Serviços Público	66
Responsabilidade Civil do Estado.....	84
Questões	91
Gabarito.....	98

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º a 4º).....	1
Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Art. 5º).....	2
Os Municípios (Arts. 29 a 30).....	8
Do Poder Judiciário (Art. 92)	11
Segurança Pública (Art. 144)	12
Questões	13
Gabarito.....	17

SUMÁRIO

SUMÁRIO

DIRETOS HUMANOS

Teoria Geral dos Direitos Humanos. Conceito e Terminologia; Classificação dos Direitos Humanos	1
Fundamentos dos Direitos Humanos	9
Mitos e Verdades sobre os direitos Humanos	10
Direitos Negados e Subtraídos.....	11
Afirmação Histórica dos Direitos Humanos	13
Afirmação do Conceito de Pessoa na História	15
Grandes Etapas Históricas na Afirmação dos Direitos Humanos – Declaração Universal dos Direitos Humanos, Revolução Americana, Revolução Francesa, Organização das Nações Unidas e sua Comissão de Direitos Humanos.....	16
Direitos Humanos no Brasil – Constituição de 1934 e de 1988	20
Regras de Beijing	22
Proteção de Grupos Vulneráveis.....	30
Diversidade Étnico-Racial - Racismo: causas, tipos, racismo estrutural e ocorrências no Brasil e sexual	31
Questões	33
Gabarito.....	39

DIREITO PENAL

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e atualizações: Da Aplicação da Lei Penal - Anterioridade da Lei (Art. 1º); Lei Penal no Tempo (Art. 2º); Lei Excepcional ou Temporária (Art. 3º); Tempo do Crime (Art. 4º); Territorialidade (Art. 5º); Lugar do Crime (Art. 6º)	1
Do Crime - (Art. 13 a 25)	6
Das Penas - Das Espécies de Pena (Art. 32)	27
Crimes contra a Administração Pública (Art. 312 a 327).....	29
Código Processo Penal: Prisões e medidas cautelares (Art. 282 a 320).....	40
Registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição – Estatuto do desarmamento (Art. 12 a 21).....	75
Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - (Art. 28 a 47).....	77
Crimes de abuso de autoridade - (Art. 9 a 38)	81
Questões	85
Gabarito.....	90

SUMÁRIO

SUMÁRIO

ESPECÍFICOS - ÂMBITO FEDERAL

Constituição Federal Brasileira de 1988: Título I – Dos Princípios Fundamentais; Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, do Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Título III, Capítulo IV – Dos Municípios; Título V, Capítulo III, Da Segurança Pública.....	1
Capítulo VII – Da Administração Pública.....	1
Noções Gerais de Direito Administrativo: Princípios do Direito Administrativo; Administração Pública; Servidores Públicos; Atos Administrativos; Serviços Públicos	12
Bens Públicos.....	12
Lei de Improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho 1992).....	15
Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826, 22 de dezembro de 2003).....	30
Tortura (Lei Federal nº 9.455, de 07 de abril de 1977).....	40
Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 e Decreto Federal nº 11.841, de 21 de dezembro de 2023)	41
Código de Trânsito Brasileiro, dos Crimes de Trânsito, Direção Defensiva e Primeiros Socorros (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações	45
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e suas alterações	137
Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741, de 1 de outubro de 2003) e suas alteraçõ ...	204
Uso legal e progressivo da força e emprego de equipamentos letais e não letais (Código Penal de 1940 art. 20, §1º; arts. 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e arts 312 a 329; Código Penal 1940, arts. 13 a 31; 121 a 129; 133 a 151; 155 a 163; 171; 180; 213 a 218; 286 a 291; 297 a 305; 312 a 313; 316 a 320; 328 a 331	224
Código de Processo Penal de 1941, arts. 283 a 303).....	254
Lei das Contravenções Penais: Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941	254
Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, e atualizações - Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	262
Lei Federal 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e atualizações - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	263
Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e atualizações - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)	265
Questões	286
Gabarito.....	293

SUMÁRIO

SUMÁRIO

ESPECÍFICOS - ÂMBITO MUNICIPAL E LEIS ESPECIAIS

Lei Orgânica do Município.....	1
Lei Municipal nº 3.941/2006 - Plano Diretor do Município, e atualizações.....	46
Lei Municipal nº 2.694/1995 - Regime Jurídico do Servidores Públicos do Município de Alfenas suas Autarquias e Fundações Públicas, e atualizações	68
Lei Municipal nº 5.312/2024 - Organização, funções e estrutura da Guarda Municipal de Alfenas, e atualizações.....	99
Lei Municipal nº 3.356/2002 - Institui a Guarda Municipal de Alfenas, e atualizações...	112
Lei Municipal nº 4.897/2019 e Lei Municipal nº 5.306/2024 - Institui a gratificação de atividade de risco e auxílio fardamento, a serem concedidos aos ocupantes do cargo efetivo de carreira da Guarda Municipal.....	112
Questões	114
Gabarito.....	118

ESPECÍFICOS - ÂMBITO INTERNACIONAL

Direitos Humanos – conceito e evolução histórica.....	1
Estado Democrático de Direito.....	2
Direitos Humanos e Cidadania.....	3
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	4
Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”).....	18
Questões	38
Gabarito.....	45

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ALFENAS

Formação da Cidade de Alfenas: História, Bandeira, Brasão, Hino, Dados Gerais. Formação Administrativa, Cultura, Arte, Patrimônio Cultural e Tombamentos; Mapas de Alfenas; Bairros por regional	1
Mecanismos de controle social e desafios da modernização capitalista	10
O lugar do Município de Alfenas dentre as demais cidades brasileiras	11
Favelas e aglomerados do Município de Alfenas.....	11

SUMÁRIO

GEOGRAFIA URBANA

Concepção urbanística: traçado e características principais das vias e seus nomes....	1
Características físicas e espaciais: dimensão territorial, a topografia e suas restrições e influências.....	8
A expansão da cidade. Municípios limítrofes e conurbação	13
As principais rodovias de acesso ao município.....	17
Administração Regional: localização geográfica e principais bairros.....	22
Plano Diretor: características gerais, diretrizes norteadoras.....	26
Enchentes: principais áreas de inundações; causas e consequências. Áreas de risco geológico e medidas de prevenção.....	30
A violência urbana em no Município de Alfenas.....	37
A concentração espacial da violência: características e fatores relacionados.....	42
Atividades criminosas: gangues juvenis e atuação de grupos armados.....	47
População em situação de rua: características gerais e suas principais reivindicações	53
O turismo em Alfenas. Principais pontos turísticos e monumentos.....	58
Questões	63
Gabarito.....	67

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de Sistemas de Backup: Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups.....	1
Noções de Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows. Windows 10: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho; trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; tipos de arquivos e extensões; criação, renomeação e exclusão de arquivos e pastas; configurações básicas do Windows: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela; Windows Explorer	3
Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta.....	28
Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados.....	53
Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.....	79
Conhecimentos de internet: noções básicas; navegadores (Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge). Noções de rede de computadores: conceitos e serviços relacionados à Internet, tecnologias e protocolos da internet, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet/intranet	96

SUMÁRIO

SUMÁRIO



correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens).....	104
Redes Sociais: conceitos e características, vantagens e desvantagens	109
Noções de Hardware e Software: Fundamentos de computação: Conceitos de hardware e software. Organização e arquitetura de computadores. Componentes de um computador (hardware e software).....	112
Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação. Políticas de Segurança da Informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes	119
Questões	131
Gabarito.....	140

SUMÁRIO



Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

- **Sentenças Fechadas**

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:



Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, L'Esprit des Lois, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalencia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa**, **Administrativa** e **Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo**, **Executivo** e **Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário



Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejam os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.



A teoria geral dos direitos humanos compreende os elementos basilares acerca do estudo dos direitos humanos internacionais.

Apresenta temas como conceito, histórico, características e outros pontos elementares para o conhecimento da disciplina.

Sistema Internacional dos Direitos Humanos

A luta do homem pela efetivação de direitos humanos fundamentais existiu em muitos períodos da história da humanidade, sendo resultado das inquietações do ser humano e de seus processos de luta por reconhecimento.

Na esfera interna dos Estados a efetivação e positivação dos direitos humanos coincide com o advento do constitucionalismo moderno em seu mister de limitar o arbítrio estatal e de garantir a tutela dos direitos do homem.

No campo internacional a existência de um sistema de normas e mecanismos de tutela dos direitos humanos apresenta como marco histórico o pós-segunda guerra mundial, a partir da criação da Organização das Nações Unidas. Destaca-se como precedentes desse processo de internacionalização, a criação da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário.

Precedentes históricos

Direito humanitário: conjunto de normas e medidas que disciplinam a proteção dos direitos humanos em tempo de guerra (1863). Direito humanitário versa sobre a proteção às vítimas de conflitos armados, atua também em situações de graves calamidades.

Criação da liga das nações (1919): antecessora da ONU, a liga das nações foi criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de garantir a paz no mundo. Sua proposta falhou pois não foi apta a impedir a ocorrência da 2ª guerra mundial.

Criação da OIT (1919): criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de promover a tutela dos direitos dos trabalhadores por meio da garantia de padrões internacionais de proteção.

Ao dispor sobre os antecedentes históricos Flavia Piovesan dispõe:

Ao lado do Direito Humanitário e da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho (International Labour Office, agora denominada International Labour Organization) também contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos. Criada após a Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho tinha por finalidade promover padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar. Sesenta anos após a sua criação, a Organização já contava com mais de uma centena de Convenções internacionais promulgadas, às quais Estados-partes passavam a aderir, comprometendo-se a assegurar um padrão justo e digno nas condições de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário ainda atuam na tutela dos direitos humanos.

Histórico do sistema internacional dos direitos humanos

O sistema internacional de direitos humanos é fruto do pós 2ª guerra mundial e surge como decorrência dos horrores praticados na guerra. A desvalorização e reificação da pessoa humana faz emergir a necessidade de construção de uma nova lógica ao Direito, pautada em um sistema de valores éticos e morais, no qual a pessoa humana seja o fim e não um meio.

Com vistas a criar um sistema internacional de proteção no qual a tutela dos direitos humanos seja o fim maior dos Estados, em 1945 é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), instituição internacional global para a promoção e garantia dos direitos humanos e da paz no mundo.



A Lei Penal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social e na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. Seu objetivo é definir quais condutas são consideradas criminosas e estabelecer as respectivas sanções para quem as pratica. No entanto, a aplicação da Lei Penal não é uma tarefa simples, pois envolve uma série de princípios e regras que garantem a justiça e a segurança jurídica.

Entre os aspectos mais importantes estão as características da Lei Penal no tempo e no espaço, que determinam como e quando uma lei pode ser aplicada a uma determinada conduta. Compreender esses conceitos é essencial para a correta interpretação e aplicação das normas penais, evitando injustiças e garantindo a legalidade em todo o processo penal. Este estudo explora as principais características da Lei Penal, com ênfase em sua aplicação temporal e espacial, abordando também as exceções e os conflitos normativos que podem surgir nesse contexto.

— Lei Penal no Tempo

A aplicação da Lei Penal ao longo do tempo é regida por princípios que visam assegurar a justiça e a previsibilidade das normas jurídicas. Dentre esses princípios, destacam-se a teoria da atividade, o princípio da legalidade e os conceitos de retroatividade e ultra-atividade das leis penais.

Observações Iniciais

A teoria da atividade, prevista no Art. 4º do Código Penal, determina que o crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento em que o resultado ocorra. Isso significa que, para fins penais, o que importa é o momento da conduta do agente, e não quando as consequências dessa conduta se manifestam.

O princípio da legalidade estabelece que somente uma lei anterior pode definir infrações penais e estipular penas. Esse princípio é essencial para garantir que ninguém seja punido por um ato que não estava expressamente tipificado como crime no momento de sua prática. Dentro do princípio da legalidade, encontramos dois desdobramentos importantes:

– **Reserva Legal:** Apenas uma lei em sentido estrito, ou seja, uma lei formalmente aprovada pelo legislativo, pode criminalizar condutas e estabelecer penalidades.

– **Anterioridade da Lei Penal:** Uma lei penal só pode ser aplicada a uma conduta se esta for praticada durante a vigência dessa lei. Por exemplo, se uma lei que criminaliza uma determinada conduta entra em vigor amanhã, não se pode processar alguém por ter praticado essa conduta hoje, enquanto a lei ainda não estava em vigor.

Sucessão de Leis Penais no Tempo

A atividade da lei penal, distinta da teoria da atividade, determina que a lei penal se aplica apenas enquanto está em vigor. Isso implica que a lei penal regula apenas os fatos ocorridos durante sua vigência, não retroagindo para alcançar atos cometidos anteriormente, salvo em benefício do réu.

Exceções à Atividade da Lei Penal (Retroatividade e Ultra-atividade)

Há exceções ao princípio da atividade da lei penal, conhecidas como extratividade da lei penal, que incluem a retroatividade e a ultra-atividade das leis penais:

– **Retroatividade:** Refere-se à aplicação de uma lei penal mais benéfica a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor. Esse princípio visa proteger os direitos do réu, aplicando-lhe a legislação mais favorável, mesmo que os atos tenham sido praticados sob uma lei mais severa.



Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

– Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALFENAS

Nós, representantes do povo do Município de Alfenas, investidos em missão constituinte pela Constituição da República, para elaborar a lei de organização municipal, autônoma e democrática e que, fundada na participação direta da sociedade civil, instrumentalize a descentralização e a desconcentração do poder político como forma de assegurar ao cidadão o controle do seu exercício, o acesso de todos à cidadania plena e à convivência em uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na justiça social, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte

LEI ORGÂNICA

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Alfenas, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

Art. 2º O território do Município poderá ser dividido em distritos criados, organizados e suprimidos por lei municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 3º O Município integra a divisão administrativa do Estado.

Art. 4º A sede do Município dá-lhe o nome e tem categoria de cidade, enquanto a sede do Distrito tem categoria de vila.

Art. 5º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Parágrafo único. O Município tem direito à participação no resultado da exploração de recursos hídricos para os fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território.

Art. 6º São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Parágrafo único. Os bens públicos municipais deverão ser caracterizados somente com o respectivo brasão oficial e a legislação vigente, vedada a inclusão de logomarcas. (Incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 22, de 2013)

TÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

- I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;
- II - cooperar com a União e o Estado e associar-se a outros Municípios, na realização de interesses comuns;
- III - promover, de forma integrada, o desenvolvimento social e econômico da população de sua sede e dos distritos;
- IV - promover planos, programas e projetos de interesse dos segmentos mais carentes da sociedade;
- V - estimular e difundir o ensino e a cultura, proteger o patrimônio cultural e histórico e o meio ambiente, e combater a poluição;



Os direitos humanos são um conjunto de princípios e normas que visam garantir a dignidade, a liberdade e a igualdade de todos os seres humanos. Este texto abordará o conceito, o surgimento, a evolução histórica, a classificação e as características dos direitos humanos.

— Conceito

Direitos humanos são os direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Eles são universais, inalienáveis e indivisíveis.

— Surgimento e Evolução Histórica

Antiguidade e Idade Média

Embora o conceito moderno de direitos humanos seja relativamente recente, ideias semelhantes podem ser rastreadas até as filosofias antigas e as leis religiosas.

Iluminismo

O Iluminismo europeu forneceu o terreno fértil para o desenvolvimento do conceito de direitos humanos, com filósofos como John Locke e Voltaire defendendo princípios de liberdade e igualdade.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, esta declaração marcou um momento crucial na história dos direitos humanos, estabelecendo um padrão global de direitos que todos os seres humanos deveriam desfrutar.

— Classificação

Direitos Cíveis e Políticos

Esses direitos incluem liberdade de expressão, direito a um julgamento justo e direitos de voto. Eles são frequentemente considerados os “primeiros” direitos humanos.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Esses direitos abrangem questões como educação, saúde e bem-estar social. Eles são por vezes considerados “segundos” direitos humanos, embora essa classificação seja cada vez mais contestada.

— Características

Universalidade

Os direitos humanos são universais, aplicando-se a todos os seres humanos, independentemente de qualquer característica individual.

Inalienabilidade

Esses direitos não podem ser retirados ou renunciados, exceto em circunstâncias específicas e de acordo com o devido processo legal.



História Do Município De Alfenas

A área hoje correspondente ao município de Alfenas situa-se nos vales dos rios Sapucaí, Machado e Verde. Rica em recursos naturais e abundante em água, foi primeiramente ocupada por tribos indígenas das tradições Tupi-guarani e Sapucaí. Ainda que a presença indígena tenha deixado poucos registros, vestígios permanecem na toponímia local, em elementos da culinária, vocabulário e cultura material. Esses traços incluem fragmentos cerâmicos e objetos de pedra espalhados em cerca de 15 sítios arqueológicos identificados por pesquisadores da MHNJB/UFMG e do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB).

► Sítios arqueológicos e características das ocupações

Entre os sítios mapeados, pelo menos três foram usados como morada fixa por grupos Tupi-guarani, enquanto os demais, de ocupação transitória, pertenciam à tradição Sapucaí. O conhecimento sobre esses povos, sua chegada e interação com outros grupos — indígenas ou colonizadores — ainda é limitado e depende de investigações arqueológicas futuras.

O POVOAMENTO COLONIAL

► Chegada dos colonizadores e transformação do espaço

Conflitos e redefinições territoriais

No final do século XVIII, europeus e africanos passaram a ocupar a região, até então pouco alterada pelos indígenas. O confronto entre esses grupos resultou na progressiva retirada ou eliminação dos nativos. As terras foram então distribuídas por meio de sesmarias, onde se fixaram famílias colonizadoras com seus escravos e animais. Nesse processo foram abertos caminhos, fundados arraiais e vilas, inserindo a região no sistema colonial.

Início das atividades econômicas e organização social

Os colonizadores começaram a cultivar a terra, erguer construções e desenvolver o comércio, importando para o Brasil uma visão europeia de colonização. No início, o foco era na exploração de metais preciosos e na escravização dos nativos, o que atraiu aventureiros de diferentes origens. A criação de vilas e dioceses, como São João del Rey, e a estruturação da administração eclesiástica e jurídica delinearam o controle da região, subordinando Alfenas à Diocese de São Paulo no aspecto religioso e ao governo de Minas Gerais em termos civis.

DESCOBRIMENTO DE RIOS E EXPANSÃO DAS BANDEIRAS

► Desbravamento do território

Relatos iniciais e exploração mineral

Desde o século XVI, expedições adentraram os sertões. O sertanista João Pereira Botafogo é mencionado por ter descoberto o Rio Sapucaí, entre Paraguaçu e Carmo do Rio Claro. A exploração do rio prosseguiu com bandeirantes até que, em 1737, o Ouvidor Geral Cypriano José da Rocha ordenou sua exploração em busca de ouro. Esse momento marcou o início de uma fase decisiva de povoamento, com o surgimento de diversos arraiais.



FORMAÇÃO URBANA DE ALFENAS E OS ELEMENTOS DO TRAÇADO URBANO

A cidade de Alfenas, situada no sul de Minas Gerais, possui uma formação urbana que reflete tanto as influências históricas do período colonial quanto as adaptações ao crescimento moderno.

O traçado urbano da cidade, como em muitas outras cidades brasileiras de origem colonial, começou de maneira espontânea e foi se estruturando conforme necessidades econômicas, sociais e geográficas foram surgindo ao longo do tempo.

► Origens históricas e o núcleo inicial

A formação urbana de Alfenas está ligada ao ciclo do ouro e ao avanço das bandeiras paulistas para o interior de Minas Gerais, durante os séculos XVII e XVIII. O povoamento da região começou com a fixação de pequenas fazendas e paróquias, que deram origem a arraiais. Um dos marcos iniciais foi a fundação da freguesia de São José e Dolores de Alfenas, que com o tempo se consolidou como núcleo urbano.

Esse núcleo inicial geralmente se organizava ao redor da igreja matriz, formando o que se chama de centro tradicional ou núcleo primitivo. Ao redor da praça da igreja se dispunham as primeiras moradias, o mercado e as casas de figuras importantes da comunidade. O traçado inicial era irregular e adaptado às condições naturais do relevo, muitas vezes sem planejamento técnico, o que é comum em cidades coloniais.

► Fatores geográficos e influência no traçado

O relevo da região de Alfenas, composto por colinas suaves e áreas planas, permitiu certa flexibilidade na expansão urbana. Apesar disso, é possível notar que, nos períodos iniciais, o traçado se adaptava ao terreno, respeitando cursos d'água, morros e áreas mais adequadas à ocupação.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento da cidade, sobretudo após sua elevação à categoria de cidade no século XIX, houve uma maior preocupação em organizar os espaços urbanos. A instalação de serviços públicos, como o sistema ferroviário (linha férrea que passou pela região), influenciou diretamente o crescimento urbano, tanto no sentido da expansão como na forma de organizar os bairros e vias.

► Expansão urbana e traçados planejados

A partir do século XX, especialmente nas décadas de 1950 a 1980, Alfenas começou a vivenciar uma urbanização mais acelerada, reflexo da industrialização e da interiorização do desenvolvimento. Nesse período, começam a surgir bairros planejados, com quadras regulares e vias mais largas, em contraste com o centro antigo de traçado irregular.

Esse novo momento marca a coexistência de dois padrões urbanos em Alfenas:

- **Traçado orgânico:** predominante no centro histórico, com ruas estreitas, curvas irregulares e organização espontânea.
- **Traçado ortogonal (ou reticulado):** comum nos bairros novos, com ruas em ângulo reto, quadras regulares e maior preocupação com a circulação de veículos e pedestres.

O traçado urbano, portanto, passou a ser influenciado por planejamentos técnicos, muitas vezes guiados por loteadoras privadas ou pelo poder público municipal. A ideia era facilitar o acesso, organizar melhor os espaços e promover o crescimento de forma mais racional.

► Elementos estruturantes do traçado urbano

Alguns elementos estruturam e organizam o traçado urbano de Alfenas:

- **Vias principais de acesso:** como a Avenida Governador Valadares e a Avenida Lincoln Westin da Silveira, que conectam áreas centrais a bairros periféricos e também a rodovias estaduais.



Backup é uma cópia de segurança que você faz em outro dispositivo de armazenamento, como HD externo, armazenamento na nuvem ou pen drive, para o caso de perder os dados originais de sua máquina devido a vírus, dados corrompidos ou outros motivos. Com isso, você pode recuperá-los.

Os backups são extremamente importantes, pois permitem:

– **Proteção de dados:** você pode preservar seus dados para que sejam recuperados em situações como falha de disco rígido, atualização malsucedida do sistema operacional, exclusão ou substituição acidental de arquivos, ação de códigos maliciosos/atacantes e furto/perda de dispositivos.

– **Recuperação de versões:** você pode recuperar uma versão antiga de um arquivo alterado, como uma parte excluída de um texto editado ou a imagem original de uma foto manipulada.

Tipos de Backup

– **Backups completos (normal):** cópias de todos os arquivos, independente de backups anteriores. Consoante a quantidade de dados, ele pode ser demorado. Ele marca os arquivos copiados.

– **Backups incrementais:** é uma cópia dos dados criados e alterados desde o último backup completo (normal) ou incremental, ou seja, apenas os novos arquivos criados são copiados. Por ser mais rápido e ocupar menos espaço no disco, ele permite maior frequência de backup. Ele marca os arquivos copiados.

– **Backups diferenciais:** semelhante ao backup incremental, o backup diferencial copia arquivos criados ou alterados desde o último backup completo (normal), mas, ao contrário do incremental, cada backup diferencial inclui todas as alterações desde o último backup completo. Isso o torna mais seguro na manipulação de dados, embora possa ocupar mais espaço. Ele não marca os arquivos copiados.

– **Backup contínuo:** também conhecido como backup em tempo real, este tipo de backup realiza cópias constantes e automáticas de arquivos à medida que são alterados, garantindo que todas as versões mais recentes sejam armazenadas, sem a necessidade de agendar cópias manuais. Comum em ambientes corporativos.

– **Arquivamento:** você pode copiar ou mover dados que deseja guardar, mas que não são necessários no seu dia a dia e raramente são alterados, como documentos antigos ou arquivos de longo prazo.

Plano de Contingência

Os planos de contingência são estratégias que uma organização implementa em resposta a eventos inesperados que podem causar interrupções. Eles são essenciais para minimizar o impacto negativo desses eventos e garantir a continuidade das operações. Um bom plano de contingência pode salvar uma empresa de prejuízos financeiros significativos e perdas de dados. Componentes de um Plano de Contingência:

– **Avaliação de riscos:** identificar e avaliar os riscos que podem afetar os sistemas e dados críticos da organização.

– **Identificação de sistemas críticos:** determinar quais sistemas e dados são essenciais para as operações da organização.

– **Estratégias de recuperação:** desenvolver procedimentos para a recuperação rápida e eficaz de sistemas e dados após uma interrupção.

– **Comunicação de emergência:** estabelecer linhas de comunicação claras para notificar os stakeholders relevantes durante uma emergência.

– **Plano de ação de emergência:** criar um guia passo a passo para responder a diferentes tipos de incidentes de segurança ou desastres naturais.

– **Testes regulares:** realizar simulações e testes regulares do plano para garantir sua eficácia.